



Bom final de ano a todos. Feliz 2021!

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região deseja a todas as bancárias, bancários e demais trabalhadores, que possamos saudar o novo ano com mais empatia e solidariedade pra nos ajudar a atravessar esse período tão difícil.

Unidos com fé, determinação e confiança acreditamos que dias melhores virão em 2021.

Funcionários do Banco do Brasil querem prorrogação do acordo emergencial

Vence nesta quinta-feira (31) o acordo emergencial firmado entre a direção do Banco do Brasil e a CEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários). O acordo prevê o compromisso de não descomissionamento por desempenho enquanto durar a pandemia; anistia de 10% do saldo total de horas negativas a compensar e prazo de compensação de horas negativas de 18 meses. Os funcionários do banco cobram a prorrogação do acordo que segue o decreto governamental sobre a pandemia, que acaba agora, dia 31. Por isso, foi cobrado do banco uma negociação.

A preocupação da Comissão se deve ao motivo de o governo federal demonstrar não ter interesse em renovar o decreto emergencial porque o auxílio emergencial está atrelado ao decreto. O governo tem dado declarações de que não vai

continuar a pagar o auxílio emergencial.

Por outro lado, a Câmara dos Deputados, que promulgou o decreto emergencial, está em uma disputa intensa pela presidência da Casa e não tem feito essas discussões sobre a prorrogação do decreto. Tudo isso acontece em um cenário de aumento da pandemia, no qual o movimento sindical cobra uma decisão na mesa de negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

A CEBB cobra para que o Banco do Brasil respeite a vida das pessoas e negocie, caso o decreto não seja renovado pelo governo. Não é certo que as pessoas retornem ao trabalho presencial em um momento de aumento da pandemia. O banco precisa ter responsabilidade pelos seus funcionários e para com a sociedade.

Entidades cobram informações sobre o Saúde Caixa

Em mais uma tentativa, as entidades representativas cobraram do banco o Saúde Caixa para Todos. Através de ofício, foram reivindicadas informações sobre o processo de inclusão dos novos empregados contratados depois de 31 de agosto de 2018.

Na Campanha Nacional 2020, os sindicatos conquistaram a extensão das mesmas possibilidades de serviços e de atendimento no plano de saúde com a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho, que deve acontecer a partir de janeiro

de 2021. Além da participação no custeio da assistência médica, o que unificará toda a base nacional de trabalhadores da Caixa.

Vale ressaltar que, em setembro, os representantes dos empregados solicitaram a antecipação da inclusão no Saúde Caixa. Porém, o banco alegou que dependia de ajustes na assistência médica e da autorização do Sest. Após cobrança dos sindicatos, a primeira reunião do Grupo de Trabalho Saúde Caixa deve acontecer na primeira quinzena de janeiro.

Acordo Coletivo dos empregados da Pouplex

Os empregados da Pouplex aprovaram no dia 21 de dezembro, por meio de assembleia virtual, a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho negociada entre o Sindicato e a empresa com validade até 2022 com mais de 89% dos votos válidos. Além de preservar direitos, o acordo aprovado garante, entre outros avanços, reajuste de 1,5% sobre as verbas de natureza salarial e de 2,94% (inflação do período) sobre os demais benefícios. A assembleia contou com a participação de 478 trabalhadores.

Santander proibido de demitir funcionário doente

O Santander foi condenado a pagar dois milhões de reais por danos morais coletivo, e voltou a ser proibido de demitir, discriminar e perseguir os funcionários acometidos de doença ocupacional em Rondônia. Essa foi a sentença proferida no dia 3 de dezembro pelo juiz do Trabalho Afrânio Viana Gonçalves, da 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho. No entanto, ainda assim o Santander demitiu no dia 11, pela quarta vez, um bancário, com mais de 32 anos de banco e que é portador de doença ocupacional, desobedecendo mais uma decisão judicial. Apesar da decisão ser válida apenas para Rondônia, o STF (Supremo Tribunal Federal) irá julgar em breve a abrangência de decisões em ações civis coletivas.

Senado Argentino aprova aborto legal

Com a aprovação da lei na madrugada desta quarta-feira (30), a Argentina se torna o primeiro grande país da região a permitir que as mulheres decidam sobre se querem ou não ser mães, após o Uruguai, Cuba, Guiana e Guiana Francesa. O projeto de legalização do aborto, até a 14ª semana de gestação, foi aprovado pelo Senado com 38 votos a favor, 29 contra e 1 abstenção.